

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.304, DE 2003

(Apenso o PL nº 1.870, de 2003)

Dispõe sobre a criação de telefone de três dígitos para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares

Autor: Deputado LEONARDO MONTEIRO

Relator: Deputado VALTENIR PEREIRA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame dispõe sobre a criação, em todo o território nacional, de um “telefone de três dígitos para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares”.

Prevê que a ANATEL indique os três dígitos e sugere os números 227, 123 ou 137, sendo o primeiro o artigo da Constituição que trata da criança e do adolescente e os outros dois artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo qualquer deles de fácil memorização.

Em apenso vem o Projeto de Lei nº 1.870/03, do Deputado Joaquim Francisco. Ao contrário do principal, este apenas determina a reserva de um número de três dígitos para uso dos Conselhos Tutelares, a ser definido pela ANATEL.

Diz, também, da obrigatoriedade de divulgar esse número nas listas telefônicas e conta telefônica de serviço de telefonia fixa comutada prestado em regime público.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática opinou pela rejeição do principal e aprovação do apenso com emenda.

Vem agora a esta Comissão para que se manifeste sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

II - VOTO DO RELATOR

É louvável a iniciativa do ilustre autor, o Conselho tutelar constitui um dos instrumentos mais importantes do Sistema de Garantia do Direito da Criança e Adolescente que é zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e Adolescente.

A adoção de três dígitos disponível para a população é de extrema importância e com certeza tornará mais efetivo o trabalho dos Conselhos Tutelares.

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223 da nossa Lei Maior.

Observa-se que a matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Lei o instrumento adequado, conforme preceitua o artigo 109 do Regimento Interno.

Desse modo, verifica-se que foram obedecidos os requisitos constitucionais formais.

Da análise dos requisitos materiais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa, entretanto, merece alguns ajustes.

Quanto ao apenso, nada há a opor no que toca aos aspectos agora examinados.

Quanto à emenda aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, nada há a criticar quanto aos aspectos que a esta Comissão cabe avaliar.

Opino, portanto, no seguinte sentido:

a) nos termos dos substitutivos em anexo, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 1.304/03 e do PL nº 1.870/03.

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da emenda aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Sala da Comissão, em 09 de julho de 2008.

Deputado **VALTENIR PEREIRA**

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 1.304, DE 2003

SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PL Nº 1.304, DE 2003

Dê-se ao PL nº 1.304 a seguinte redação:

“Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a criação de número telefônico de três dígitos, de abrangência nacional, para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares.

Art. 2º. A autoridade federal de telecomunicações, analisados os aspectos técnicos e administrativos atinentes ao caso, indicará número de três algarismos, a ser adotado em todo o País, para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares.

Art. 3º. O número telefônico deve ser divulgado nas listas telefônicas e contas telefônicas relativas aos serviços de telefonia fixa comutada prestados em regime público.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, em 09 de julho de 2008.

Deputado **VALTENIR PEREIRA**
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE JUSTIÇA E DE CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 1.304, DE 2003
(Apenso o PL nº 1.870, de 2003)
SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PL Nº 1.870, DE 2003

Dê-se ao PL nº 1.870/03 a seguinte redação:

“Art. 1º Esta lei dispõe sobre a reserva de número telefônico de três algarismos, de abrangência nacional, para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares.

Art. 2º A autoridade federal de telecomunicações, analisados os aspectos técnicos e administrativos, indicará número telefônico de três algarismos, a ser adotado em todo o País, para uso exclusivo dos Conselhos Tutelares.

Art. 3º O número telefônico deve ser divulgado nas listas telefônicas e contas telefônicas relativas aos serviços de telefonia fixa comutada prestados em regime público.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, em 09 de julho de 2008.

Deputado **VALTENIR PEREIRA**
Relator